

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS
DE LÍNGUA ESTRANGEIRA:
SUAS PERCEPÇÕES SOBRE OS GÊNEROS TEXTUAIS
E A HABILIDADE COMUNICATIVA**

Laís Teixeira Lima (UENF)

laisbj@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinaff@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo analisar os *Parâmetros Curriculares de Língua Estrangeira* (PCN-LE) do terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, a fim de refletir sobre a percepção do documento em relação ao ensino da língua estrangeira nesses ciclos. Uma vez que o aluno está inserido em um país globalizado, no qual o acesso a diferentes países e culturas está a um clique, ele deve ser capaz de fazer o uso da língua estrangeira de maneira eficiente, observamos como o documento propõe a abordagem dos gêneros textuais e a habilidade comunicativa da língua. Os gêneros textuais são apresentados como um instrumento facilitador, no desenvolvimento comunicativo dos alunos. Este trabalho ainda apresenta algumas dificuldades enfrentadas por professores e alunos de língua estrangeira durante as aulas. Com esta pesquisa, identificamos que, apesar de os *Parâmetros Curriculares de Língua Estrangeira* terem sido o ponto de partida para um ensino mais dinâmico da língua, ele ainda apresenta algumas contradições em relação ao ensino, já que o documento prioriza o ensino de somente duas das quatro habilidades necessárias para o ensino da língua estrangeira.

Palavras-chave: *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Gêneros textuais.
Língua inglesa. Habilidade comunicativa.

1. Considerações iniciais

Atualmente, o ensino de língua estrangeira tem sido amplamente discutido, uma vez que ainda é possível encontrar inúmeras falhas no processo de ensino-aprendizagem desta disciplina. Estas falhas podem ser decorrentes de questões como; salas superlotadas, falta de recursos necessários, má formação dos docentes, desprivilegio atribuído à disciplina, materiais didáticos e documentos de apoio aos professores desatualizados, entre outros.

Diante disso, percebemos a necessidade de analisar um dos principais documentos que regem os professores de língua estrangeira: os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* do terceiro e

quarto ciclos do ensino fundamental. Neste artigo, buscamos analisar como o *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* observa o ensino das quatro habilidades da língua estrangeira – leitura, escrita, fala e compreensão – e o que sugere em relação a ensino dos gêneros textuais e da habilidade comunicativa.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) são um documento disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC) que busca oferecer ao professor um material de apoio que proporciona reflexões e discussões acerca da prática em sala de aula, o planejamento das aulas e os materiais didáticos necessários. Neste capítulo, analisaremos alguns aspectos sobre os parâmetros e sua visão acerca dos gêneros textuais.

2. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira e suas principais características

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* do segundo e terceiro ciclo do ensino fundamental foram desenvolvidos pelo Ministério da Educação, em 1998. A partir da implementação do documento, o processo de ensino-aprendizagem da língua estrangeira passou a ter novas dimensões, por discutir abordagens diferenciadas. Esse foi um momento de transição entre o ensino focado na gramática formal para o ensino mais comunicativo. Com foco na abordagem comunicativa, os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira e Língua Portuguesa* propõem que os professores reconheçam a língua como prática sociocomunicativa. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) afirmam que “ao se envolverem em uma interação tanto escrita quanto oral, as pessoas o fazem para agirem no mundo social em um determinado momento e espaço, em relação a quem se dirigem ou a quem se dirigiu a elas”. (BRASIL, 1998, p. 27)

Os *Parâmetros Nacionais de Língua Estrangeira* apontam diversos objetivos para o ensino fundamental, porém iremos salientar somente os que abordam a temática principal deste trabalho. Primeiramente, os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* apontam que o aluno deve “posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas” (BRASIL, 1998, p. 7). Esse fato demonstra a necessidade de desenvolver habilidades comunicativas necessárias para que o educando seja capaz de expor suas opiniões e pontos de vista em situações cotidianas de uso real da língua. As aulas de

língua estrangeira devem prepará-lo para que ele seja capaz de utilizar a conversa na Língua Estrangeira como forma de interação social.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* (BRASIL, 1998, p. 66 e 67) ainda apontam que, como objetivos do ensino de língua estrangeira, os alunos devem ser capazes de:

- identificar no universo que o cerca as línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilíngue e compreendendo o papel hegemônico que algumas línguas desempenham em determinado momento histórico;
- vivenciar uma experiência de comunicação humana, pelo uso de uma Língua Estrangeira, no que se refere a novas maneiras de se expressar e de ver o mundo, refletindo sobre os costumes ou maneiras de agir e interagir e as visões de seu próprio mundo, possibilitando maior entendimento de um mundo plural e de seu próprio papel como cidadão de seu país e do mundo;
- reconhecer que o aprendizado de uma ou mais línguas lhe possibilita o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo;
- construir conhecimento sistêmico, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem nas situações de comunicação, tendo como base os conhecimentos da língua materna;
- construir consciência linguística e consciência crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo;
- ler e valorizar a leitura como fonte de informação e prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo do trabalho e dos estudos avançados;
- utilizar outras habilidades comunicativas de modo a poder atuar em situações diversas.

É necessário destacar que o ensino de estruturas gramaticais durante as aulas de língua estrangeira é importante, uma vez que o aluno precisa conhecer a estrutura da língua para então construir seu enunciado a partir dela, porém, é preciso deixar claro que o ensino da gramática não deve ser o principal conteúdo proposto durante aulas de Línguas, já que, na maioria das vezes, é engessado e descontextualizado.

É essencial mencionar que os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* têm como objetivo a valorização da leitura e a compreensão dos textos. O documento afirma que o ensino da habilidade oral não é prioridade no ensino de língua estrangeira, uma vez que não é critério de relevância social no Brasil – com exceção de cidades turísticas que recebem estrangeiros. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998)

asseveram que “a análise do quadro atual do ensino de língua estrangeira no Brasil indica que a maioria das propostas para o ensino dessa disciplina reflete o interesse pelo ensino da leitura”. (BRASIL. 1998, p. 21)

Apesar de apresentar uma visão pautada no ensino de gêneros textuais, o documento apresenta uma contradição, uma vez que considera secundário o ensino da oralidade. Pela teoria apresentada nessa pesquisa, vemos o quão importante é estabelecer um ensino baseado na abordagem comunicativa e a partir dos gêneros textuais; isso não é possível de acontecer se deixarmos de lado a competência oral do aluno.

Além disso, os alunos estão inseridos em um mundo globalizado, em que o acesso a outras culturas e aos falantes de outros idiomas está a um clique. Vivemos em um país plurilíngue; que tem o inglês como a língua franca e fronteiras que utilizam o Espanhol como língua materna. Portanto, o acesso à língua estrangeira é essencial para a atuação do aluno como cidadão atuante na sociedade.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* asseveram que, para que a língua estrangeira seja inserida no contexto escolar, é necessário que três fatores sejam considerados: fatores históricos, fatores relativos às comunidades locais e fatores relativos à tradição. Os fatores históricos apontam a hegemonia dos países e suas respectivas línguas; pode-se citar como exemplo a hegemonia política, cultural e econômica que os Estados Unidos representam hoje, fato que proporciona maior oportunidade de interação e trocas culturais e linguísticas com os falantes desse idioma. Os fatores relativos às comunidades locais levam em consideração as comunidades que fazem parte do meio social da escola em questão. Por exemplo, uma comunidade escolar pode ter um alto número de indígenas, da mesma maneira que em outra comunidade pode prevalecer imigrantes; então, a língua estrangeira deve ser escolhida de acordo com a necessidade da comunidade escolar. Por fim, os fatores relativos à tradição determinam o papel tradicional que as línguas estrangeiras desempenham nas relações culturais entre diferentes países.

Apesar da facilidade de interação entre indivíduos de diferentes países e a grande influência trazida de outras culturas, o ensino de língua estrangeira, que deveria ser fonte de grande interesse, muitas vezes é visto, pelos alunos, responsáveis e comunidade, como uma disciplina irrelevante para a formação. A disciplina assume um lugar muito desprivilegiado, tanto nos currículos escolares quanto no quadro de horários proposto pela escola. Em casos mais graves, em escolas com poucos recursos, a

língua estrangeira é ministrada somente em algumas séries do Ensino Fundamental ou chega, até mesmo, a não ser ministrada. Além da desvalorização da disciplina, outros fatores podem tornar o ensino da língua estrangeira mais difícil, como as salas superlotadas, o número de aulas semanais reduzido e até mesmo a falta de formação dos docentes.

O processo da compreensão oral e escrita da língua engloba fatores relativos ao processo de informação, ao cognitivo e ao social. De acordo com o *Parâmetros Curriculares Nacionais*, os fatores relativos ao processo de informação “têm a ver com a atenção, a percepção e decodificação dos sons e letras, a segmentação morfológica e sintática, a atribuição do significado ao nível léxico-semântico, e a integração de uma informação a outra”. (BRASIL, 1998, p. 89)

Já os fatores cognitivos “envolvem a contribuição do leitor/ouvinte, a construção do significado (a formulação de hipóteses sobre os significados possíveis com base no seu pré-conhecimento de mundo) e de organização textual” (BRASIL, 1998, p. 89). Por fim, os fatores sociais são aqueles “que englobam a interação/falante e escritor/ouvinte localizada na história, na instituição e na cultura” (*Ibidem*, p. 89). Portanto, compreender abrange a relação entre o sujeito que fala, para quem ele fala, o momento que fala e o local onde fala.

Os parâmetros apontam que para a construção de significados no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira seja possível, o aprendiz necessita utilizar três conhecimentos: o sistêmico, o de mundo e o da organização textual.

O conhecimento sistêmico é o de organização linguística, ou seja, conhecimento do léxico, semântico, morfológico, sintático e fonético. Através deles, o falante consegue formular sentenças ou escolher estruturas gramaticais mais apropriadas para a situação. O conhecimento de mundo é o pré-conhecimento dos falantes acerca das coisas e situações que envolvem o mundo. Isso quer dizer que, quando uma pessoa já possui conhecimento prévio de determinado assunto, mesmo que desconheça aspectos sintáticos ou do vocabulário, poderá ser capaz de compreender o enunciado.

Por fim, o conhecimento da organização textual abrange as ações sociointeracionais, ou seja, as situações de uso em que os falantes organizam as informações que desejam expor e constroem textos orais e/ou escritos. Os parâmetros classificam os textos orais e escritos em três tipos: “narrativos, descritivos e argumentativos. Isso não quer dizer, po-

rém, que os textos narrativos não tenham elementos descritivos ou que os argumentativos não tenham elementos narrativos” (BRASIL, 1998, p. 31). Quando os alunos fazem a leitura de uma história, independente do idioma que ele está escrito, eles conseguem identificar o gênero por sua organização específica, por exemplo:

em português, inglês, espanhol, francês, alemão ou italiano, os leitores ou ouvintes, ao encontrarem, no início de um texto, os itens “Era uma vez”, “Once upon a time”, “Había una vez”, “Il était une fois”, “Es war einmal” ou “C’era una volta” já sabem que vão ler/ouvir uma história que normalmente terá a informação organizada em situação, problema, solução e avaliação. (BRASIL, 1998, p. 31)

Dessa forma, quando o ouvinte ou o leitor não identifica alguma parte da organização textual, ele consegue identificar claramente o que faltou devido a seu conhecimento prévio das características daquele texto. Outro fato importante é que os alunos podem relacionar os conhecimentos estudados em língua estrangeira com os seus correspondentes na língua portuguesa e, assim, construir seus significados mais facilmente. Portanto, cabe ao professor utilizar os mais variados gêneros textuais durante suas aulas para que o aluno consiga desenvolver seu conhecimento organizacional do texto.

3. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira e o ensino da língua

De acordo com seus organizadores, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (2000) são um documento que tem por objetivo apoiar e auxiliar o professor em sua prática na sala de aula. Neles são expostos diferentes aspectos que os educadores deveriam embasar-se para um ensino mais equilibrado das disciplinas. Visa, ainda, auxiliar o docente, através de reflexões, durante a elaboração de planos de aula, projetos, seleção de materiais e recursos tecnológicos. Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* estão os objetivos e justificativas do ensino das disciplinas, tais como os de língua inglesa.

O ensino de uma língua estrangeira é obrigatório na escola pública, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB). De acordo com a LDB (*apud* BRASIL, 1998, p. 19),

a aprendizagem de uma Língua Estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, publicada pelo Centro Internacional Escarré para Minorias Étnicas e Nações (CIEMEN) e pelo PEN-

Club Internacional. Sendo assim, a escola não pode mais se omitir em relação a essa aprendizagem.

No entanto, segundo o próprio *Parâmetros Curriculares Nacionais*, apesar de ser um direito dos educandos, o ensino da língua estrangeira, por inúmeros motivos, torna-se algo irrelevante para os mesmos. Assim, alunos e professores desmotivam-se a aprender e ensinar essa disciplina. Esse problema, muitas vezes, ocorre pelo pouco tempo de aula disponível nas escolas públicas, já que em algumas regiões a existência de aulas de língua estrangeira é mínima ou até mesmo inexistente. A língua estrangeira é vista como uma disciplina de segundo plano, sendo considerada, em algumas situações, menos importante que outras disciplinas escolares.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* afirmam que,

o ensino de língua estrangeira não é visto como elemento importante na formação do aluno, como um direito que lhe deve ser assegurado. Ao contrário, frequentemente, essa disciplina não tem lugar privilegiado no currículo, sendo ministrada, em algumas regiões, em apenas uma ou duas séries do ensino fundamental. (BRASIL, 1998, p. 24)

Além do tempo reduzido, existem outros fatores que podem influenciar o desinteresse dos educandos e dos professores no processo de ensino-aprendizagem de todas as disciplinas, porém, ao propor a aquisição de uma segunda língua, o ensino de língua estrangeira fica ainda mais prejudicado. Na maioria das escolas públicas, a condição da sala de aula é inadequada para o desenvolvimento satisfatório do conteúdo. As salas de aula são superlotadas, possuindo, em alguns casos, mais de quarenta alunos por turma, dificultando o trabalho do professor de auxiliar nas particularidades dos alunos. Diante dessa realidade, é improvável que educadores consigam trabalhar as habilidades comunicativas necessárias com uma demanda tão grande de alunos e explorar efetivamente as atividades propostas pelo material didático, o que pode deixar a aprendizagem defasada.

Dessa maneira, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 21) abordam que

deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificada-

do pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes.

A possível falta de conhecimento de professor da língua inglesa pode ser um fator importante para a defasagem do ensino das turmas. Muitas vezes, o docente não teve uma formação apropriada e consequentemente não domina as quatro habilidades da disciplina em questão. O pouco domínio da oralidade por parte dos educadores pode tornar o ensino das quatro habilidades improvável. Por tal motivo, o docente não consegue expor as matérias de forma clara e interessante para os educandos.

No âmbito da oralidade, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* destacam que

[...] considerar o desenvolvimento de habilidades orais como central no ensino de língua estrangeira no Brasil não leva em conta o critério de relevância social para a sua aprendizagem. Com exceção da situação específica de algumas regiões turísticas ou de algumas comunidades plurilíngues, o uso de uma língua estrangeira parece estar, em geral, mais vinculado à leitura e literatura técnica ou de lazer. (BRASIL, 1998, p. 20)

É possível analisar que o ensino da língua estrangeira não é observado em sua totalidade pelo *Parâmetros Curriculares Nacionais*, pois eles evidenciam como prioridade no ensino somente duas habilidades: a leitura e a escrita. Ainda afirmam que o ensino da competência oral não é visto como necessidade central no Brasil devido à sua relevância social.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* ainda argumentam que

os únicos exames formais em língua estrangeira (vestibular e admissão a cursos de pós-graduação) requerem o domínio da habilidade de leitura. Portanto, a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu contexto social imediato. (BRASIL, 1998, p. 24)

Ao afirmar que os exames nacionais de língua estrangeira exigem do aluno conhecimento de leitura e compreensão, o *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* restringe a aprendizagem do aluno somente a estas duas habilidades, um equívoco relevante, uma vez que o próprio documento compreende o ensino da língua estrangeira como uma prática social.

Para os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* (1998, p. 21), "o foco da aprendizagem da língua deve ser a habilidade da leitura". Porém, logo abaixo diz que a questão central do documento é "dar acesso a todos a uma educação linguística de qualidade". As afirmações tornam-se contraditórias quando o texto é observado de maneira

mais aprofundada, uma vez que, se o aluno possui o direito de uma educação linguística de qualidade, é necessário que ele compreenda as quatro habilidades da língua estrangeira, para sentir-se seguro e desenvolver suas capacidades linguísticas. Focar apenas na leitura e não incluir a fala no currículo tornará a educação linguística bem improvável, principalmente, quando consideramos as teorias dos gêneros textuais, que apontam para a necessidade clara de valorizar os gêneros orais.

Outro ponto claro que ocorre no ensino de língua estrangeira na escola pública é a maneira que a disciplina é trabalhada. O educador aborda os temas de maneira descontextualizada, a preocupação está em expor a gramática e fazer com que os alunos memorizem o conteúdo sem que aquilo faça sentido para eles. A gramática geralmente não é aplicada em situações reais de conversação, que mostrem aos alunos de maneira concreta o uso desses conteúdos.

A maioria das propostas situam-se na abordagem comunicativa de ensino de línguas, mas os exercícios propostos, em geral, exploram pontos ou estruturas gramaticais descontextualizados. A concepção de avaliação, no entanto, contempla aspectos formativos que parecem adequados. (BRASIL, 1998, p. 24)

Portanto, é necessário observar a oralidade como fator essencial para o processo ensino-aprendizagem da língua estrangeira. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* mostram-se preocupados em desenvolver uma aula de língua estrangeira significativa, porém a oralidade durante as aulas não é observada como algo imprescindível para a aquisição das habilidades linguísticas.

4. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira e as habilidades comunicativas

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* abordam a necessidade de desenvolver as habilidades comunicativas dos alunos para um ensino efetivo da língua estrangeira. O documento discorre sobre as quatro habilidades do ensino de línguas: a compreensão, leitura, escrita e fala.

Primeiramente, a habilidade de compreensão é de extrema importância para o ensino de uma língua estrangeira, pois ela abrange tanto a compreensão da leitura quanto a oral. Para os parâmetros, esta habilidade está envolvida em fatores referentes ao processamento de informação, a fatores cognitivos e sociais. De acordo com o *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* (1998, p. 89), o processamento de in-

formações está relacionado à atenção, percepção e decodificação das letras e sons, segmentação morfológica e sintática, à atribuição de significados, à integração das informações relevantes. Os fatores cognitivos estão correlacionados ao conhecimento de mundo que o indivíduo possui. Ao compreender um texto, o leitor ou ouvinte faz alusão a seus conhecimentos prévios a fim de construir significado para o que será compreendido. Por fim, os fatores sociais, ou seja, a inter-relação que o ouvinte ou leitor deve fazer entre “quem fala, o que, para quem, por que, quando e onde” (BRASIL, 1998, p. 89). Porém, isto não quer dizer que estes quatro processos são estáticos e imutáveis, pois cada indivíduo possui seu propósito, seu próprio conhecimento de mundo e está inserido em um meio social específico, o que altera suas construções de significado.

Na sequência, o documento discute acerca da habilidade de leitura. Esta habilidade, muitas vezes, pode deixar um aluno apreensivo, devido ao fato de ele não estar muito seguro em relação à língua. Porém, quando ele é associado ao conhecimento de mundo e ao conhecimento textual em sua língua materna, esse processo pode ser muito mais simples. Outro facilitador é o uso dos textos não-verbais como ativadores de conhecimentos prévios.

O *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* aponta três conhecimentos necessários à aprendizagem da leitura: o conhecimento de mundo, conhecimento de organização textual e conhecimento sistêmico. O conhecimento de mundo é quando o educando utiliza seus conhecimentos prévios e sua vivência para criar hipóteses sobre o significado do texto, ou seja, ao ver elementos conhecidos no texto, o aluno busca fazer associações com informações que ele já possui. O conhecimento de organização textual é o conhecimento que o educando possui de como um gênero é geralmente estruturado e de como as informações são organizadas dentro do texto. O conhecimento sistêmico é referente aos aspectos gramaticais e estruturais da língua; é nesta etapa que o aluno terá a confirmação de suas hipóteses acerca do texto.

O aluno pode ter o domínio de todos esses conhecimentos, porém cabe ao professor ser mediador do processo e conscientizar o aluno de que eles possuem os conhecimentos necessários para a compreensão do texto.

Os parâmetros ainda complementam que, para uma atividade de leitura ser completa, ela precisa conter três fases: a pré-leitura, leitura e pós-leitura. A pré-leitura é o momento que o aluno ativa seu conhecimen-

to prévio de mundo, explora elementos já conhecidos e cria hipóteses sobre o que será abordado no texto; ele ainda pode ativar seu conhecimento organizacional, ou seja, quando observa a estrutura do texto e o situa no contexto da leitura, uma forma de observar o propósito sociointeracional do texto.

Após a pré-leitura, o aluno já possui informações relevantes para auxiliar no processo da leitura. Nessa etapa, o conhecimento sistêmico é importante para a compreensão e a assimilação das ideias centrais e os detalhes não tão relevantes do texto. Durante a leitura, o aluno precisa depreender que não é necessário que conheça todas as palavras para compreensão; ele ainda deve utilizar o contexto de uso e pistas para deduzir o significado de certas palavras.

A terceira etapa é a pós-leitura. Nessa parte da atividade o aluno deve ser capaz de relacionar as ideias propostas pelos autores do texto com a sociedade em que está inserido, deve ter espaço para refletir e expressar suas opiniões e concepções acerca do texto. Porém, muitos livros didáticos ainda apresentam atividades tradicionais que possuem como foco principal o ensino do conhecimento sistêmico e a decodificação do texto.

A terceira habilidade que o *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* (1998, p. 99) aponta é a escrita. Para que o aluno desenvolva uma boa produção escrita, o professor precisa pensar em quatro elementos: motivação, incentivo à criatividade, trabalho em grupo e visão sociointeracionista. O professor precisa propor temáticas que despertem o interesse dos alunos, portanto ele precisa estar atento à faixa etária da turma, ao grupo social em que estão inseridos e a suas principais necessidades. Deve incentivar a criatividade dos alunos, pois precisam de mais autonomia ao criar seus textos. O trabalho em grupo também é muito importante na elaboração de um texto, pois é na interação que os sentidos são produzidos. Por fim, o professor, na visão sociointeracionista, deve organizar as interações entre os alunos e buscar o equilíbrio entre os elementos.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) afirmam que, para construir um texto, o aluno precisa ter consciência da situação de comunicação que deseja criar, ele precisa saber “quem escreve, com que finalidade, para quem, de modo que necessidades e desejos possam vir a ser expressos, já que o uso da linguagem só se concretiza a partir de um lugar de produção histórico, cultural e institucionalmente determinado”

(BRASIL, 1988, p. 99). Logo, um sentido só é atribuído ao texto quando relacionado a um local, uma história e uma cultura, corroborando com a teoria dos gêneros textuais.

A última habilidade é a oral, que é uma das mais temidas, tanto por professores quanto por alunos nas aulas de língua estrangeira. Muitas vezes, essa habilidade é trabalhada de maneira mecânica e estimula somente a repetição de frases, não a construção da fala. O professor deve mostrar ao aluno que ele não precisa conhecer todos os aspectos formais da língua para se comunicar, pois a oralidade deve ser desenvolvida de forma espontânea, no processo de interação social.

De acordo com o documento, para o aluno se expressar em língua estrangeira, ele deve ser capaz de desenvolver quatro processos metacognitivos que são: reconhecer traços suprasegmentais, ou seja, a variação de tonicidade das palavras durante a fala, que pode gerar alteração de sentido; identificar os níveis de formalidade da fala, a fim de adaptá-la a contextos de uso; saber utilizar marcadores de coesão e também termos que auxiliam na coerência da fala - ao utilizar marcadores que disponibilizam um tempo de organização de pensamento, evitará cortes e a fala será mais fluida; e saber como iniciar, manter e finalizar sua fala, observando sempre o contexto interacional a que ela se destina.

Diante disso, é importante considerar que cabe ao professor, ainda, mostrar que, ao desenvolver estas habilidades, o aluno não estará somente cumprindo uma tarefa escolar. A prática das habilidades deve ser realizada para que o aluno seja capaz de se comunicar, de se inserir em uma comunidade de falantes de uma língua estrangeira.

5. Considerações finais

Com este estudo, buscamos observar o real posicionamento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira* do quarto e do quinto ano do ensino fundamental. Com esta análise concluímos que o documento foi um marco importante para o ensino de língua inglesa, pois, trouxe inúmeras inovações, uma vez que o ensino de cunho tradicional deu lugar a um ensino mais comunicativo e baseado nos gêneros textuais.

Apesar disso, é necessário evidenciar que existem algumas considerações equivocadas no documento no que se diz respeito à contradição interna que o mesmo apresenta em relação a prioridades no ensino. Ob-

servamos que o *Parâmetros Curriculares Nacionais* compreende o estudo dos gêneros como essencial para a prática interacionista da língua e para que o aluno desenvolva suas habilidades comunicativas da língua estrangeira. Porém, aponta que o ensino das habilidades de leitura e escrita devem ser prioridade nas aulas de língua estrangeira, já que os exames formais brasileiros cobram unicamente estas habilidades. Este fato pode levar a uma visão grafocêntrica do ensino, ou seja, que prioriza a aprendizagem de textos escritos em detrimento dos orais.

Como vimos nas teorias dos autores estudados, devemos utilizar os mais variados gêneros na escola, sem sobrepor o gênero escrito ao oral. Dessa forma, não podemos concordar que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* considerem não abordar a oralidade no ensino de língua inglesa. Se assim fosse, poderíamos supor que o ensino de língua inglesa seria algo mecânico e artificial, sem contato com a realidade e em desacordo com as teorias dos gêneros textuais e da abordagem comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. A abordagem orientadora da ação do professor. In: _____. *Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 1997.

BRASIL. MEC/SEF. *Parâmetros curriculares nacionais de língua estrangeira: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental*. Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC, 2000.

_____. Ministério da Educação (MEC): *Histórico do PNLD*. 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 12-06-2015.

_____. *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): apresentação*. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668id=12391option=com_content&view=article>. Acesso em: 12-06-2015.

BROWN, H. Douglas. *Principles of Language Learning and Teaching*. 4. ed. New York: Longman, 2000.

BRUMFIT, Christopher. *Teacher Professionalism and Research*. In:

COOK, Guy; SEIDLHOFER, Barbara. *Principle and Practice in Applied Linguistics: Studies in honor of H. G. Widdowson*. Oxford: OUP, 1995. Páginas 27-41.

CANALE, Michael; SWAIN, Merrill. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. *Revista Applied Linguistics*. Oxford University, vol. 01, n. 03, p. 01-47, 1980.

CELANI, Maria Antonieta Alba (Org.). *Reflexões e ações (trans)formadoras no ensino-aprendizagem de inglês*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

LIMA, Diógenes Cândido de (Org.). *Inglês em escola pública não funciona? Uma questão, múltiplos olhares*. São Paulo: Parábola, 2011.

DIAS, Renildes; DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. (Orgs.). *Gêneros textuais: teoria e prática do ensino em LE*. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org.: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

HARMER, Jeremy. *How to teach English*. Inglaterra: Oxford, 2006.

LEFFA, Vilson José. Quando menos é mais: a autonomia na aprendizagem de Línguas. In: NICOLAIDES, Christine; MOZZILLO, Isabella; PACHALSKI, Lia; MACHADO, Maristela; FERNANDES, Vera. (Orgs.). *O desenvolvimento da autonomia no ambiente de aprendizagem de línguas estrangeiras*. Pelotas: UFPEL, 2003, p. 33-49.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva et al. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINEZ, Pierre. *Didática de línguas estrangeiras*. São Paulo: Parábola, 2009.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares: das

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

práticas de linguagem aos objetos de ensino. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: n. 11, p. 5-16, maio/ago.1999.

WIDDOWSON, Henry G. *Teaching Language as Communication*. Oxford: Oxford University Press, 1978.